



Semana de 25/10 a 05/11 de 2021.

Unidade escolar: EMEF Marleciene Priscila Presta Bonfim	
Componente curricular: História	
Professor: Manoel Messias Oliveira dos Santos	
Aluno (a):	Série: 7º ano

Texto: Domínio do território americano pelos portugueses

A expedição de Martim Afonso não foi suficiente para colonizar as extensas terras portuguesas na América. Por isso, o rei D. João III adotou uma solução já conhecida: as "capitanias hereditárias". Esse sistema já havia sido adotado, com sucesso, nas ilhas da Madeira (1419) e dos Açores (1431). Em 1534 foi implantado no Brasil. As capitanias hereditárias foi a divisão, por parte da Coroa, da colônia em 15 faixas de terras entregando-as a nobres empobrecidos que viviam na corte, os *capitães-donatários*. Eles receberam poderes e privilégios: podiam doar as sesmarias, fundar povoações, exercer a administração e a Justiça, eram isentos de impostos e ainda recebiam parte dos impostos pagos pelos colonos ao rei. Em contrapartida, tinham deveres: não poderiam vender nem dividir as terras da capitania, as quais deveriam defender, povoar e tornar produtivas. A posse da capitania era transmitida por herança, mas sua propriedade continuava sendo do rei.

A colonização não foi tarefa fácil. A falta de recursos ou de interesse dos donatários (nem todos vieram ao Brasil) e a grande distância entre as povoações e entre a Colônia e a Metrópole levaram as capitanias ao fracasso. Dentre as 15, somente as capitanias de São Vicente e Pernambuco tiveram algum sucesso. Seus donatários investiram muito dinheiro e esforço para montar engenhos, com bois, instrumentos agrícolas, soldados e outros e enfrentaram muitos ataques indígenas. Muitos grupos mais amistosos foram atraídos pelos donatários, que os engavam com promessas de presentes e de vida livre, mas acabavam aprisionando-os e vendendo-os como escravos.

O rei de Portugal não desistiu das capitanias, mas resolveu melhorar o sistema. Para controlar os donatários e ajudá-los na colonização, D. João III nomeou, em 1548, um *governador-geral* do Brasil. Ele era um representante do rei, a quem todos na colônia deviam obedecer. O governador-geral deveria: organizar a defesa da Colônia, dominar e catequizar o máximo de indígenas, incentivar a produção agrícola, cobrar impostos, procurar metais preciosos, impedir o contrabando e exercer a administração e a Justiça. Tomé de Sousa, o primeiro governador-geral, fundou Salvador, a primeira cidade e capital do Brasil. Ali construiu a casa do governador, a casa da Câmara, a cadeia, a igreja matriz, a sede do primeiro bispado do Brasil e os armazéns da alfândega. Trouxe gado e instalou vários engenhos de cana-de-açúcar. Em relação aos indígenas, Tomé de Sousa adotou uma atitude menos agressiva: aliou-se às tribos amigas as quais forneciam aos colonos alimentos e mão de obra além de lutarem contra tribos hostis.



Capitanias hereditárias: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=23380>

Atividades

- 1) O que foram as capitanias hereditárias?
- 2) Quais eram os poderes ou direitos dos capitães-donatários?
- 3) Quais eram deveres ou obrigações dos capitães-donatários?
- 4) Quais as capitanias hereditárias que prosperaram no Brasil colonial?
- 5) Por que a maioria das capitanias hereditárias não teve sucesso?
- 6) Por que o reino de Portugal implantou o governo-geral?
- 7) Quais eram as funções do governador-geral?
- 8) Qual é a diferença entre posse e propriedade?

BIBLIOGRAFIA

Mapa Capitanias Hereditárias. Disponível em:

<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=23380> (acesso em 25/04/2021)

DOMINGUES, J. E. *História em documento: imagem e texto*. 2ª ed. (7º ano). São Paulo: FTD, 2012.

Obs.: Explicações, orientações e esclarecimentos de dúvidas estão ocorrendo via WhatsApp.